

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

OS VÁRIOS PARANÁS: DIVERSIDADE, DESIGUALDADE E INSERÇÃO DIFERENCIADA NA
DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Rosa Moura (UFPR/IPARDES)

Diócles Libardi (IPARDES)

Sandra Teresinha da Silva (IPARDES)

Maria Isabel de Oliveira Barion (IPARDES)

Nelson Ari Cardoso (IPARDES)

Fernando Raphael Ferro de Lima (UFPR/IPARDES)

Os Vários Paranás: Diversidade, Desigualdade e Inserção Diferenciada na Divisão Social do Trabalho

Resumo

O presente trabalho sintetiza estudos para identificação dos distintos recortes espaciais do Paraná, tomando por base indicadores sociais, econômicos, a rede de cidades e de transportes e a infra-estrutura técnico-científica. O resultado aponta para um território diverso, concentrado e desigual, compondo espacialidades com certo grau de homogeneidade em seu interior – relevantes sob o ponto de vista socioeconômico e institucional ou socialmente críticas –, cuja integração resulta da história e sustenta a dinâmica do território como um todo. Coloca em debate a metodologia utilizada para captar a diversidade e caracterizar as várias espacialidades, como subsídio à formulação de uma política de desenvolvimento regional para o Estado.

Aporte Metodológico

A pesquisa teve por base dados secundários e o uso de indicadores que têm a propriedade de captar particularidades dos espaços, sem descartar o cenário e a dinâmica regional mais ampla, à qual as municipalidades estão submetidas. Estudos realizados apontam nítidas desigualdades inter e intra-regionais no território paranaense (IPARDES, 2003a; IPARDES, 2004a), frutos de marcantes interesses sociais, onde o econômico e o político se fusionam. Diferentes espacialidades são produtos dessas articulações, não sendo estáticas, mas se engendrando constantemente no espaço, com conexões resultantes de fatores hegemônicos e de ações do Estado. Em algumas porções do território, tais articulações se manifestam com maior intensidade, em função da presença de técnicas, informações, comunicações, transportes, indústria, entre outros fatores que organizam e desorganizam os distintos espaços, dado que a adoção de sistemas técnicos em uma área (um país ou uma grande região) não é igualitária já que condicionada pelas diferentes possibilidades dos investimentos – sejam econômicos, políticos ou culturais – a serem realizados pelos agentes hegemônicos (SANTOS, 1999).

A fim de compreender e identificar as diversas espacialidades presentes no Paraná tomou-se como fio condutor a divisão social do trabalho, categoria capaz de mediar o entendimento entre o processo de desenvolvimento em geral e o desenvolvimento específico de uma economia e sociedade particulares. Essa categoria permite conhecer os ramos da

produção, os tipos e níveis de articulação que eles estabelecem entre diferentes atividades e sua localização no território. Por conseguinte, análises realizadas sob esse enfoque deixam evidente a imprescindibilidade da base espacial/territorial, subjacente à discussão regional.

O estudo desenvolvido para compreensão dessa dinâmica socioeconômica e institucional do Estado do Paraná evidenciou a existência de situações diversas no interior desse território, abordadas como Vários Paranás (IPARDES, 2005a), que representam espaços com expressão econômica e institucional, em diversos níveis, e espaços socialmente críticos. Evidenciou também a coexistência de indicadores sociais críticos nos espaços de expressão econômica e ressaltou que, por mais que possam parecer homogêneos, a heterogeneidade permanece em seus interiores. Entre um e outro espaço há um gradiente de situações que espelha a desigualdade nas condições de vida da população e de geração de excedentes econômicos.

Três ordens de análises consubstanciaram a identificação das espacialidades consideradas economicamente relevantes.¹ Uma, resgatou análises da urbanização, migrações, rede de cidades e de transportes, que trataram da transição demográfica paranaense, da dinâmica da população avaliada nos movimentos migratórios e pendulares, na organização da rede de cidades, suas principais centralidades e hierarquia dos centros (IPARDES 2000; 2003a; IBGE, 2000; IPEA, 2002; MOURA e MAGALHÃES, 1996; MOURA e WERNECK, 2001; MAGALHÃES, 2003; MOURA, 2004).

A segunda ordem de estudos considerou os setores da economia, explorando mais profundamente informações da base de dados disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, além de pesquisas específicas (DELGADO, 2001; NOJIMA, 2004; SILVA E MOURA, 2003; IPARDES, 2005e). Analisou vários níveis de agregação do valor adicionado fiscal (VAF), as empresas com faturamentos entre os 300 mais elevados no Estado, as articulações produtivas com outras regiões, e o mercado de trabalho. A produção agropecuária, considerada a base do processo de industrialização do Paraná e articulada diretamente com parcela significativa do seu parque industrial, através das agroindústrias, encontra-se implicitamente contemplada nas análises da indústria.

A terceira ordem de estudos voltou-se ao levantamento da infra-estrutura técnico científica, aqui entendida como institutos e fundações de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, incubadoras e parques tecnológicos, e instituições de ensino superior (FUNDETEC, 2005; PARANÁ, 2004; CITS, 2005; LACTEC, 2005; CUNHA, 1995). Considerou complementarmente a infra-estrutura de comunicação, composta por rádios,

jornais, televisão e revistas; as representações políticas e da sociedade civil; e as cooperativas agropecuárias e de crédito (CRESOL, 2005; OCEPAR, 2005).

Para identificação das espacialidades socialmente críticas foram considerados resultados de estudos existentes (IPARDES, 2003a, b e c; IPARDES, 2004a e b; IPARDES, 2005d), dos quais foram selecionados indicadores que melhor caracterizassem situações de precariedade, carência ou privação social, em termos relativos (proporções mais elevadas) ou absolutos (número de pessoas ou domicílios).

Os indicadores relativos considerados mais expressivos da criticidade das situações sociais e que sintetizam o comportamento setorial incorporados nesta análise foram: (i) saúde – coeficiente de mortalidade infantil, óbitos de crianças de 0 a 9 anos por causas evitáveis, ambos da SESA; e esperança de vida ao nascer, obtida do PNUD (2003); (ii) demografia – índice de envelhecimento, com base em dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001); (iii) educação – taxa bruta de frequência escolar, do PNUD (2003); anos de estudo do responsável pelo domicílio e taxa de analfabetismo, com base em dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001); (iv) renda – rendimento do responsável pelo domicílio, com dados do Censo Demográfico 2000; desigualdade de renda, do PNUD (2003); e a taxa de pobreza, elaborada por IPARDES (2003b); (v) moradia – déficit habitacional relativo em 2000; proporção de domicílios deficientes no acesso a abastecimento de água de rede, iluminação elétrica, instalação sanitária e coleta de lixo urbano; e de domicílios carentes, ou seja, com a ausência de alguma dessas modalidades, elaborados pelo IPARDES (2004b) sob metodologia do Observatório das Metrôpoles, para cálculo das necessidades habitacionais (OBSERVATORIO, 2004); (vi) indicador síntese com comparabilidade nacional – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), do PNUD (2003).

Identificação dos Espaços Relevantes

Para identificação dos espaços economicamente relevantes, entre os indicadores utilizados para cada análise temática do trabalho foram selecionados os que melhor expressaram as dinâmicas e suas particularidades. Em seguida, foram classificados e mapeados, de modo a destacar as situações de maior relevância. A sobreposição dessas informações permitiu uma síntese dos municípios com maior incidência nas classes principais.

Inicialmente, entre as informações econômicas, foram considerados os indicadores de participação do município na formação do VAF estadual total, da indústria e dos serviços; no emprego formal total do Estado; no número de empresas e na participação no faturamento

total das 300 maiores empresas do Paraná² (tabela 1). Esses indicadores foram classificados segundo intervalos do percentual de participação.

TABELA 1 – INDICADORES E CLASSES DE RELEVÂNCIA ECONÔMICA

INDICADOR	Nº MUN. QUE SOMAM 50% E MAIS DO TOTAL DO INDICADOR	Nº MUN. COM PARTICIPAÇÃO >=0,25% A <1,00%	Nº MUN. PARTICIPAÇÃO >=1,00%	TOTAL MUNIC. RELEVANTES (Part. >=0,25%)
Faturamento empresas 2002	7	31	15	46
Número de empresas 2002	4	56	12	68
Emprego formal 2003	6	37	15	52
VAF Total 2003	5	33	15	48
VAF Indústria 2003	3	29	14	43
VAF Serviços 2003	2	16	8	24
SOMATÓRIA	-	⁽¹⁾ 60	⁽²⁾ 18	78

FONTES: SEFA; RAIS

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Somam entre 1 e 12 pontos.

(2) Somam mais de 12 pontos.

A concentração foi a principal característica revelada pelos indicadores analisados. O VAF dos Serviços em 2003 apresentou maior concentração, com apenas 24 municípios com participação superior a 0,25%,³ entre os quais somente Curitiba e Paranaguá respondem por 63,17% do total do Estado (desconsiderando os serviços públicos que acentuam ainda mais esse perfil). Vem seguido do VAF da Indústria para o mesmo ano, no qual Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais somam 50% do total. As empresas entre as 300 maiores do Estado estão presentes num conjunto comparativamente menos concentrado: 68 municípios. No entanto, enquanto em 36 deles há apenas uma empresa, em Curitiba encontram-se 69.

A somatória resultante, que estabelece uma escala da relevância econômica de cada município na dinâmica analisada, abre um leque de 78 municípios que possuem, no mínimo, uma grande empresa e que apresentaram participação superior a 0,25% em algum dos indicadores.⁴ Desses, apenas 18 foram classificados em posição de maior destaque no que se refere ao desempenho econômico paranaense, sendo que sua distribuição no território ressalta o papel das aglomerações acompanhando e sedimentando a economia do Estado.

Tal distribuição assume um comportamento padrão: compõe manchas que se alongam ou se ajustam às principais centralidades do Paraná, com destaque ao conjunto Paranaguá, aglomerado metropolitano de Curitiba, Ponta Grossa (1.º espaço), aglomerados de Londrina e de Maringá (2.º espaço), Cascavel, num vértice para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon (3.º espaço); e outros municípios formando conjuntos descontínuos, como

ocorre no Norte Pioneiro, no Centro-Oriental, no Sudoeste e porção sul, no Noroeste, ou individualizados, como Campo Mourão e Guarapuava.

Entre os indicadores contemplados para a análise dos ativos institucionais destacaram foram selecionados os referentes à presença da infra-estrutura técnico-científica (tabela 2). Os mesmos confirmaram a concentração espacial, dando ainda maior conteúdo à relevância de determinados espaços.⁵

TABELA 2 – INDICADORES DA DISTRIBUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TÉCNICO-CIENTÍFICA (2005)

INFRA-ESTRUTURA	Nº MUN. COM MAIS DE UMA INFRA-ESTRUTURA	Nº MUN. COM APENAS UMA INFRA-ESTRUTURA	Nº MUN. SEM INFRA-ESTRUTURA	TOTAL MUNIC. COM ALGUMA INFRA-ESTRUTURA
Parque tecnológico	0	5	394	5
Incubadora	3	10	386	13
Instituições e fundações de pesquisa	5	31	363	36
Instituição de ensino superior	31	47	321	78
SOMATÓRIA ¹	(¹)39	(²)49	311	88

FONTES: SETI

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Pode acumular os quatro tipos de infra-estrutura.

(2) Apresenta apenas um entre os quatro tipos de infra-estrutura.

A maior concentração verificada foi a dos parques tecnológicos, instalados em apenas cinco municípios – Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Pato Branco e Londrina – a maioria localizada no 3º espaço. Em seguida aparecem as incubadoras tecnológicas, presentes em 13 municípios paranaenses, sendo que aproximadamente 43% delas se encontram em Curitiba e Ponta Grossa. As instituições e fundações de pesquisa estão presentes em 36 municípios, entre os quais Curitiba, Londrina, São José dos Pinhais, Cascavel e Pato Branco respondem por quase 37% do total destes ativos no Estado, enquanto em 31 municípios a sua presença é unitária. Apesar de melhor distribuídas, as instituições de ensino superior, presentes em 78 municípios, estão concentradas em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Em síntese, a incidência dos indicadores técnico-científicos deu-se, com pequenas exceções, nas mesmas espacialidades detectadas como de relevância econômica. No 1º espaço, Curitiba e Ponta Grossa concentram 27,7% desses indicadores, seguidos de Londrina e Maringá com 9,7% (2º espaço), Cascavel e Foz do Iguaçu com 7,3% (3º espaço). A distribuição da infra-estrutura de comunicação, representações políticas e da sociedade civil, e cooperativas agropecuárias e de crédito reforça esse padrão.

Além dos indicadores de relevância econômica e da infra-estrutura técnico-científica, a classificação dos municípios como principais centralidades da rede urbana paranaense garantem ainda maior sustentação à demarcação dos espaços relevantes.

A identificação dos municípios que representam as principais centralidades do Estado pautou-se em metodologia do Observatório das Metrôpoles (OBSERVATÓRIO, 2005), que entende a centralidade não apenas como mera representação de um posicionamento físico central ou da elevada concentração de pessoas ou riqueza sobre um ponto, em relação à sua área de abrangência espacial. Sem descartar essas condições, compreende centralidade como espaço de convergência da complexidade e diversidade de funções e do mercado de trabalho. Dentre as centralidades, destacam-se aquelas com perfil metropolitano, que somam a essas características o desempenho do papel de comando e coordenação em relação à rede urbana, assim como a concentração de perícia, conhecimento e serviços avançados, a oferta de bens e serviços mais raros, o poder de direção, na localização de sedes de grandes corporações, e o exercício da gestão pública.

A identificação e classificação das centralidades paranaenses considerou indicadores do tamanho e concentração da população total estimada para 2004; o número de agências bancárias e o volume total de operações bancárias/financeiras em 2003; a massa de rendimento mensal, o número de empregos formais em atividades de ponta (inserção na nova economia), compreendendo atividades produtivas de maior conteúdo tecnológico, de coordenação e comando (conforme classificação do Código Nacional de Atividades Econômicas – CNAE); o número de sedes de empresas classificadas entre as 300 maiores do Paraná, em 2003; o movimento aeroportuário de passageiros em 2003, como fluxo que demonstra “serviço raro”, e o movimento pendular da população em 2000.

Esse conjunto de informações foi organizado contemplando todos os municípios paranaenses e, num processo classificatório, foram atribuídos pontos que somados resultaram numa escala na qual os patamares mais elevados corresponderam a posições de maior capacidade no exercício de funções representativas de centralidade (IPARDES, 2005a). Além da metrópole, foram identificadas três categorias de centros, assim como a condição de municípios subordinados, na qual se enquadraram 91% dos municípios do Paraná.

Curitiba sempre se colocou em posição de destaque no conjunto das informações estudadas, detendo, com raras exceções, mais que o dobro dos pontos do município subsequente, tendo cumprido as condições de caracterização de uma metrópole e confirmado a posição detectada na hierarquia nacional, segundo o IPEA (2002). Esta posição adquire

maior relevância ao conjugar, no cômputo dos indicadores, os municípios de seu entorno (quadro 1).

QUADRO 1 - HIERARQUIA DE CENTROS – PARANÁ

MUNICÍPIO	SOMATÓRIA	MUNICÍPIO	SOMATÓRIA
Centros e aglomerados		Centros não-aglomerados	
Curitiba	44	Paranaguá	27
São José dos Pinhais	38	Guarapuava	27
Araucária	29	Campo Mourão	24
Pinhais	27	Telêmaco Borba	24
Colombo	26	Umuarama	24
Campo Largo	25	Paranavaí	22
Almirante Tamandaré	21	Pato Branco	22
Londrina	39	Francisco Beltrão	21
Apucarana	25	Cianorte	21
Arapongas	26	Cornélio Procópio	21
Rolândia	24	União da Vitória ⁽¹⁾	21
Cambé	23		
Maringá	38	Categorias	
Foz do Iguaçu	35	Metrópole	40 pontos e mais
Cascavel	33	Centro categoria 1	35 a menos de 40
Toledo	25	Centro categoria 2	25 a menos de 35
Medianeira	20	Patamar intermediário	20 a menos de 25
Ponta Grossa	30	Município subordinado	Menos de 20
Castro	20	(369 municípios subordinados)	

FONTE: IPARDES

(1) Configura aglomeração com Porto União, em Santa Catarina (IPARDES, 2000).

A rede das principais centralidades interconecta-se apoiada pelo sistema viário principal do Estado, o qual, relativamente, apresenta as melhores condições de trafegabilidade. Curitiba e sua aglomeração constituem o principal nó viário, por cujo interior passam as rodovias: BR 277, que corta o Paraná de leste a oeste, ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu, servindo centros como Guarapuava e Cascavel; a BR 376, que corta o Paraná do extremo noroeste até a divisa com Santa Catarina, de onde prossegue como BR 101, articulando os centros Paranavaí, Apucarana, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba e rumando em direção a Joinville; a BR 116, que faz a conexão entre São Paulo e o sul do Brasil; e, também ligando São Paulo ao sul, BR 476, que atravessa a aglomeração metropolitana de Curitiba na direção de União da Vitória.

As centralidades do Norte Central ligam-se ao Estado de São Paulo pela BR 369 e PR 323, e a Cascavel e Foz do Iguaçu, por uma série de pequenos trechos que conformam uma via contínua norte/oeste, passando por Campo Mourão. A ligação Ponta Grossa a São Paulo é feita pela PR 151. Cabe notar que com a exceção da BR 116 e da BR-376, esta, apenas no trecho Curitiba/Joinville, as demais rodovias desse sistema principal são pedageadas, ou seja, administradas em regime de concessão à iniciativa privada.

A presença da infra-estrutura rodoviária reforça as articulações entre centros e garante os fluxos da atividade econômica, servindo de estrutura física para sustentação da dinâmica dos espaços relevantes.

A conjunção da relevância econômica, da densidade técnico-científica e do papel de lugar central na rede de cidades, apoiada na presença do sistema rodoviário como suporte físico para as interconexões, definiu o espaço de concentração e densificação, apropriando-se aqui do conceito de Santos e Silveira (2001). Como unidade síntese de medida para identificação dos municípios que compõem esse espaço, foi feita uma leitura comparativa entre as classes dos municípios segundo relevância econômica, infra-estrutura técnico-científica e posição de centralidade na rede urbana paranaense (tabela 3).

TABELA 3 – NÚMERO DE MUNICÍPIOS SEGUNDO GRAU DE RELEVÂNCIA

INDICADOR SÍNTESE	Nº MUNICÍPIOS SEGUNDO GRAU DE RELEVÂNCIA					
	Altíssimo	Muito Alto	Alto	Intermediário	Baixo	Baixíssimo
Posição econômica relevante	1	6	11	18	42	321
Posição de infra-estrutura técnico-científica	1	5	8	25	49	311
Posição de centralidade	1	4	11	14	0	369
Grau de relevância ¹	1	5	9	14	82	288

FONTE: IPARDES

(1) Considerando 5 classes por posição, sendo a 1 a menos significativa e a 5 a mais significativa, o grau de relevância foi assim composto: "altíssimo", todas as classes em 5; "muito alto", duas classes em 4 e somatória de 11 ou mais; "alto", duas classes em 3 e somatória de 8 ou mais; "intermediário", duas classes em 2 e somatória de 5 ou mais; "baixo", somatória de 2 ou mais; "baixíssimo", todas os indicadores em zero.

O dimensionamento do grau de relevância demarcou os espaços de concentração e densificação, doravante chamados espaços relevantes, apontando categorias relativas de municípios. O avizinhamo de municípios, conforme suas categorias, compôs espacialidades que, pela presença majoritária de determinadas categorias, foram também categorizadas segundo os graus de importância no conjunto das várias espacialidades do território paranaense.

Curitiba sobressai em relação aos demais municípios, sendo apontada como de altíssima relevância. Entre os 398 municípios restantes, destacam-se cinco com grau de relevância muito alto, que podem ser considerados centrais ao movimento da economia, na detenção e geração do conhecimento e no exercício de funções urbanas mais complexas: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais. Este se insere na aglomeração metropolitana de Curitiba, juntamente com Araucária, Pinhais e Colombo, com grau de relevância alto. Também com grau alto foram identificados Paranaguá, Cascavel,

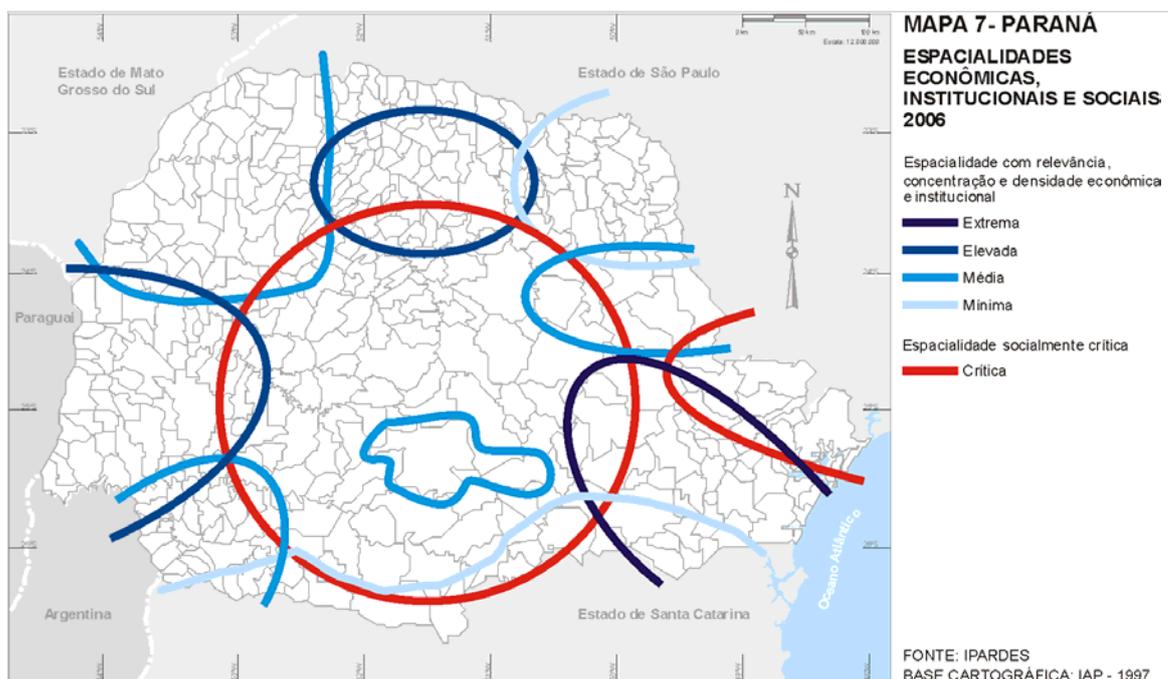
Toledo, Apucarana, Guarapuava e Campo Mourão. Exceto os dois últimos, os demais têm a característica comum de conformarem espacialmente arranjos que remetem a aglomerações contínuas ou descontínuas, ou eixos articulados. Agregando-se os municípios de médio (14) e baixo (82) grau de relevância, esses arranjos ficam mais nitidamente configurados.

Em situação extrema, 282 municípios não registram nenhum indicador classificado entre os mais expressivos, sendo considerados como de baixíssima relevância. Contudo, é importante ressaltar que isto não significa que eles, ou parte deles, não estejam interligados, de alguma forma, à dinâmica econômica dos espaços delimitados a partir dos municípios que obtiveram melhor desempenho nos indicadores econômicos e institucionais trabalhados neste estudo. Um maior detalhamento de dados secundários, pesquisas empíricas e outras metodologias que poderão, futuramente, demonstrar sua real articulação e função na dinâmica regional.

Caracterização dos Espaços Relevantes

Espacialidade com máxima relevância

Uma espacialidade de máxima relevância, concentração e densidade, formada pela aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá, denominada 1.º espaço relevante (mapa 1). Essa espacialidade participa, na divisão social do trabalho, de forma mais integrada nacional e internacionalmente, a partir do desempenho de um conjunto de atividades econômicas diversificadas, concentrando os principais constitutivos da sociedade paranaense, no que se refere ao poder econômico, político e ideológico. Pode ser considerado um espaço receptor e difusor das decisões, inovações, mensagens e capitais internacionais e outros, constituindo-se no principal interlocutor entre o Paraná e a esfera nacional e internacional. Tais condições resultam na reprodução, nessa espacialidade, das características concentradoras decorrentes de sua localização privilegiada para o desempenho de atividades ligadas aos segmentos modernos da Indústria e dos Serviços, pertinentes ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.



Espacialidades com elevada relevância

Aglomerções de Londrina e Maringá, denominadas 2.º espaço relevante. Embora no passado tenha sido a espacialidade com melhor desempenho econômico do Estado, em função de sua pujante atividade agrícola, a partir dos anos 1970 passa a perder posições relativas para o 1º espaço. Historicamente, sustenta uma matriz produtiva diversificada, que se assemelha ao 1º espaço, mantendo, contudo, uma distância abismal nos volumes de geração de riquezas, ativos institucionais, e na diversidade de opções produtivas, de comércio e de serviços. Outra distinção com relação àquele espaço é que as atividades agropecuárias ainda mantêm participação significativa no total da sua produção. Ainda assim, o papel desta espacialidade vem se modificando, dada a diversificação da indústria, a evolução das atividades ligadas às telecomunicações, à consolidação de um meio educacional e de pesquisa que têm importância internamente e além das fronteiras do Estado, com laços históricos ainda presentes com São Paulo. Nessa espacialidade, ao mesmo tempo em que se constata uma unidade no desempenho de sua função na divisão social do trabalho, distinguem-se relações que irradiam de uma condição de bipolaridade, impondo sub-recortes espaciais a partir de Londrina, num vetor para o Norte Pioneiro, e de Maringá, num vetor para o Noroeste.

Porção Oeste, considerado 3.º espaço relevante, tendo Cascavel como vértice de vetores para Foz do Iguaçu e para Marechal Cândido Rondon. Em grau de importância, essa espacialidade guarda menor distanciamento com o 2.º espaço do que este para com o 1.º

espaço relevante, diferenciando-se nitidamente de ambos. Sua articulação à divisão social do trabalho se dá a partir de um número menor de atividades, ligadas, fundamentalmente, à produção agroindustrial, assim como aos serviços. Sua posição fronteiriça, cuja centralidade se manifesta fundamentalmente em Foz do Iguaçu, assegura-lhe o desempenho de funções importantes nas relações internacionais, comércio e turismo, elevando seu peso na geração de riquezas e estreitando vínculos do Paraná com os países do Mercosul.

Espacialidades com média relevância

Espaço especializado do Centro-Oriental, com nítidos vínculos nacionais e internacionais, em função da atividade papelreira. É composto por poucos municípios, porém em número crescente, dada a necessidade de expansão do uso da terra, mantendo presente a função do Paraná no desempenho de atividades que requerem a utilização de recursos naturais. A forte especialização e a natureza da atividade, com baixa capacidade de geração de emprego, renda e consumo, portanto, de indução de atividades de comércio e serviços, torna este recorte economicamente relevante circundado e até infiltrado por extensas áreas socialmente críticas. Seus vínculos externos resultam, assim, em relações verticalizadas, sem engendrar sinergias regionais.

Porção Noroeste, englobando, principalmente, Umuarama, Paranavaí, Cianorte e outros municípios do entorno desses. Tais municípios destacam-se com menor relevância, porém exercendo papel central no desempenho de funções mais complexas e modernas em uma região que mantém base agropecuária. Nessas centralidades, começam a se consolidar atividades possivelmente irradiadas do 2.º espaço, seja pelos vínculos históricos do caminho da ocupação, seja pela própria expansão das atividades, num movimento do capital a partir do Norte Central, todavia num estágio relativamente mais atrasado. Apontam para a possibilidade de estarem constituindo articulações na própria região, sem perderem, ainda, a condição de expulsões de população, dando indícios de que as atividades desenvolvidas não conseguem absorver a força de trabalho existente, muito embora tenha apresentado taxas de crescimento anual do emprego formal, particularmente do emprego industrial, bem acima da média estadual.

Porção Sudoeste, articulando municípios que historicamente funcionaram como “portas de entrada” dos vetores de atividades oriundas dos estados do Sul. A região se insere, assim, na divisão social do trabalho, pela entrada da força colonizadora do Rio Grande do Sul

e de Santa Catarina, mantendo a predominância da produção e transformação agropecuária. Tentam ampliar sua integração nacional e internacional pela inovação e diferenciação de produtos e atividades do Setor Primário (vinhos, embutidos etc.), em função de seus reduzidos capitais. Poucas e novas indústrias surgem em busca de alternativas para inserção econômica nessa condição, colocando-se como tentativas locais de diversificação, porém sem manifestar, ainda, condições de aglutinar e otimizar excedentes mais expressivos, sofrendo as barreiras impostas pela própria estrutura.

Guarapuava (estendendo-se a Irati) e Campo Mourão, constituindo-se pontos economicamente relevantes centrados em porções do território que não manifestam condições similares. Funcionam como receptáculos da produção do entorno, o que, pela natureza, não permite impulsionar uma estrutura econômica e social horizontalizada. Em Guarapuava, a estrutura da terra em grandes propriedades, a presença de atividades com baixo potencial gerador de emprego – basicamente a soja, e mais ao sul, o extrativismo – e incapazes de desencadear outras atividades, além do baixo potencial para o uso agrícola, contribuem para o baixo dinamismo regional. Ademais, historicamente, proprietários dessas extensas porções fundiárias sempre remeteram para fora os excedentes obtidos com a exploração da terra. Os poucos excedentes que permanecem na região centram-se em Guarapuava, que se consolida como base de apoio e prestação de serviços, favorecida, também, pela localização privilegiada num dos mais importantes corredores viários do Estado. Daí a pobreza do entorno, disseminada em pequenas propriedades relegadas às partes menos férteis e com piores condições de produção. Mesmo assim, percebem-se movimentos, ainda que muito tímidos, na busca de inserção diferenciada na divisão social do trabalho. Com outras características, Campo Mourão tem como explicação da verticalidade das relações o fato de sediar a Coamo, colocando-se sob comando dessa importante unidade empresarial. Extrai significativo excedente de seu entorno, o que lhe assegura expressão econômica e política e lhe permite instrumentalizar sua estrutura de comércio e de serviços, estreitando seus vínculos externos, porém sem grandes desdobramentos regionais.

Espacialidades com mínima relevância

Fronteira com o Estado de Santa Catarina, tendo a positividade da sinergia das relações fronteiriças permeada por pequenas aglomerações ou ocupações contínuas entre centros urbanos dos dois estados. Reproduz, em parte, a história de ocupação do Centro-Sul paranaense, pautada no extrativismo; representa um vetor de entrada das atividades

econômicas catarinenses; e recebe os efeitos da dinâmica econômica metropolitana, nesse caso facilitados pela infra-estrutura viária.

Norte Pioneiro, contando uma história de apogeu e decadência ligados à economia cafeeira, que legou a possibilidade de consolidação de poucos, mas importantes ativos institucionais. Essa porção do Paraná estabelece fortes vínculos com o Estado de São Paulo.

Nessas duas espacialidades mesclam-se condições de relevância e criticidade, pois alguns municípios parecem apontar que a atividade econômica neles desenvolvida é insuficiente para melhorar as condições sociais da população (caso mais perceptível na porção fronteira com Santa Catarina). Outros, embora apresentem melhores condições sociais, não demonstram qualquer expressão econômica ou institucional (caso da porção fronteira com São Paulo).

Identificação dos Espaços Socialmente Críticos

Os valores relativos de cada um dos indicadores selecionados para identificação dos municípios socialmente críticos foram indexados e, a partir do *ranking*, salientados os 39 municípios⁶ com as maiores proporções de pessoas ou domicílios em situação de maior carência ou deficiência. Foi somado o número de vezes que o município se posicionou entre os 10% com piores indicadores em relação ao Estado e a escala resultante apontou aqueles em condições mais críticas no aspecto social (ver mapa 1).

Os municípios que apareceram mais vezes entre os 10% mais críticos foram Doutor Ulysses e Laranjal, com dez incidências entre os 16 indicadores analisados (tabela 4). Com nove incidências, Cerro Azul, Cândido de Abreu, Santa Maria do Oeste e Mato Rico; e com oito incidências, correspondendo à metade do número de indicadores, Reserva, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul e Godoy Moreira.

Doutor Ulysses e Cerro Azul inserem-se numa faixa demarcada como Vale do Ribeira, em sua porção paranaense, histórica no que concerne a isolamento, pobreza e dependência. Nessa faixa, que se estende em direção ao aglomerado metropolitano, encontram-se outros municípios com elevada incidência entre os mais críticos. Os demais fazem parte de uma mancha contínua na porção central do Estado, que se alonga no sentido Norte Pioneiro/Centro-Sul, aproximando-se e contornando a porção sul de Cascavel, reunindo ainda um grande número de municípios com no mínimo uma ocorrência entre os 10% mais críticos do conjunto de indicadores analisados. Outras manchas contínuas margeiam as

fronteiras com Santa Catarina e com São Paulo e pontuam individualmente outras porções do Paraná, porém não tão problemáticas quanto as anteriores.

TABELA 4 - MUNICÍPIOS SEGUNDO INCIDÊNCIA ENTRE AS 39 POSIÇÕES MAIS CRÍTICAS QUANTO A INDICADORES SOCIAIS RELATIVOS (PROPORÇÕES)

Nº DE INCIDÊNCIAS	MUNICÍPIO	% NO TOTAL DO ESTADO
10	2	0,5
9	4	1,0
8	4	1,0
7	7	1,8
6	11	2,8
5	13	3,3
4	13	3,3
3	26	6,5
2	45	11,3
1	100	25,1
0	225	56,4

FONTE: IPARDES

No caso do Vale do Ribeira, há que se salientar seu isolamento de parcela do território paranaense, submetido a partir da pavimentação da BR-116 (Regis Bittencourt) em 1960, tornando-se hegemônica na ligação Curitiba/São Paulo e condenando ao ostracismo a BR-476 (Estrada da Ribeira) e os municípios que ela articula.

A porção central do Estado apresenta fatores sócio-culturais importantes, com a presença de reservas indígenas, quilombos, assentamentos rurais, além de uma estrutura fundiária secular, entre outros que certamente possuem papel contributivo na realidade atual. Primordialmente, as restrições no uso do solo, bem como o modelo econômico extrativista (madeira/erva mate), que remonta aos primórdios da exploração capitalista nessa região, são fatores determinantes (IPARDES, 2005b). Acresce-se a isso, o fato da maioria desses municípios encontrar-se ilhada – ou seja, contornada – pelo principal sistema viário do Estado, sendo pouco recortada internamente por outras vias de transporte.

Situação Crítica Extensiva

Os indicadores selecionados foram reveladores de setores nos quais faltam ações pertinentes a políticas públicas que elevem as condições de acesso da população aos serviços básicos e ao emprego. Tomando por base a média do Estado, foram identificados os municípios com desempenho acima e abaixo dessa. É notória a elevada presença de municípios com proporções mais desfavoráveis que as do Estado quanto à: renda do responsável pelo domicílio acima de 15 s.m. (390 municípios possuem menos de 6% dos

responsáveis acima dessa faixa de renda); 11 anos ou mais de estudo do responsável (384 municípios apresentam menos de 23% dos responsáveis nessa classe de escolaridade); responsável com até três anos de estudo ou sem instrução (384 municípios registram mais de 30,5% dos responsáveis pelo domicílio nessa classe de instrução); e IDH-M (352 com IDH-M inferior a 0,787). Os três primeiros indicadores revelam que a grande maioria dos municípios não atinge a média estadual, por ser essa, possivelmente, favorecida pela presença dos maiores e mais desenvolvidos municípios do Estado.

No caso do IDH-M, a composição do Índice também sofre os efeitos da variável renda média da população, bastante heterogênea entre os municípios, porém elevada em poucos. Os indicadores de saúde são os que apresentam menor número de municípios em condições mais precárias que a dos coeficientes estaduais: mortalidade infantil (205 municípios com coeficientes superiores a 19,4 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos), óbitos entre 0 e 9 anos por causas evitáveis (205 municípios apresentam mais que 63,6% do total dos óbitos decorrentes de causas evitáveis) e esperança de vida ao nascer (238 municípios tem um expectativa de vida inferior a 69,8 anos). Ainda assim, esses números são expressivos e inaceitáveis, particularmente ao se referirem a óbitos de crianças por causas evitáveis. Mais de metade dos municípios do Paraná tem os coeficientes mais elevados que a média estadual, indicando tanto a inadequação ou ausência de assistência materno-infantil, quanto à inexistência de condições de moradia adequada, incluindo habitação, saneamento e outros serviços essenciais à saúde do morador (IPARDES, 2004a; IPARDES, 2004b).

Observa-se, também, forte relação entre os municípios com as maiores incidências entre os mais críticos e aqueles com elevadas proporções de ocupação na agropecuária e no setor público, municípios rurais e de baixo crescimento populacional. As duas categorias ocupacionais apontam para a limitada possibilidade da população em ascender a bens e serviços, seja pela ausência de atividades produtivas, no caso do segundo, ou, no caso do primeiro, dada a baixa produtividade do trabalho na agropecuária, se medida em valores. Nesse caso particularmente considerando a elevada presença de membros não-remunerados da família em atividades agrícolas em pequenas propriedades, situação que os torna dependentes de políticas públicas. Outra relação que se depreende ainda é a da localização das áreas socialmente críticas em correspondência com as áreas com menor potencial para uso agrícola das terras.

Os municípios considerados socialmente mais críticos não abrigam 50% da população nas áreas urbanas, e a maioria vem crescendo menos que a média do Estado ou perdendo população. Essa regra apenas se contraria nos casos de Doutor Ulysses e Tunas do

Paraná, situados na periferia da Região Metropolitana de Curitiba, e de Rio Bonito do Iguçu, que detém a maior taxa de crescimento populacional do Estado, entre 1991-2000, entre outros aspectos, por concentrar expressiva população em assentamento rural da reforma agrária.

Alerta-se, mais uma vez, para o fato de que a leitura das proporções de privação e carência é insuficiente para mapear a situação de precariedade no Estado, já que a localização dos maiores volumes de pessoas pobres, desatendidas e dos domicílios carentes ocorrem em municípios dinâmicos, porém sem capacidade de oferecer ocupação em níveis compatíveis à população residente.

Medidas do déficit habitacional absoluto estimado para o ano 2000 (IPARDES, 2004b); da deficiência ou carência de infra-estrutura de saneamento e energia elétrica, os domicílios deficientes e domicílios carentes (IPARDES, 2004b); e da precariedade de renda da população, o que dificultaria o acesso a bens e serviços o número de pobres (IPARDES, 2003b) mostraram grande concentração dos volumes de pobres e de domicílios carentes e deficientes em poucos municípios. Estes não são os mesmos que detinham as maiores proporções, antes analisadas, ou aqueles com IDH-M inferior ao do Estado. Ao contrário, há correspondência entre municípios com elevados contingentes de precariedade e municípios economicamente relevantes ou centrais. Da mesma forma, os municípios com os maiores volumes de pobres e de domicílios carentes e deficientes estão entre os que mais crescem no Paraná, como confirmam as taxas de crescimento geométrico da população total entre 1991-2000.

Tais observações reforçam a compreensão de que, nos espaços econômicos relevantes, a pobreza e a riqueza convivem em proximidade; ou seja, a produção da riqueza se faz gerando desigualdades, excluindo municípios, bairros e segmentos de população. Estudos realizados para a RMC e aglomerações urbanas paranaenses, considerando unidades espaciais menores que o município,⁷ apontam pequenas manchas de precariedade incrustadas na periferia das principais aglomerações urbanas do Estado, consideradas pólos dos espaços economicamente relevantes, como já antecipado (IPARDES, 005c).

Além dessa presença interior, as duas porções contínuas de maior criticidade proporcional no Estado avizinham-se de espaços economicamente relevantes: a porção do Vale do Ribeira faz parte do limite institucional da RMC; a faixa mais alongada na porção central do Estado se avizinha dos municípios que formam o espaço economicamente relevante do Centro-Oriental, de Guarapuava e de Cascavel, enfatizando a convivência em proximidade dos extremos.

Destaca-se, assim, a importância em se considerar as duas condições de criticidade – proporções e números absolutos –, em conformidade com o objetivo da política, projeto ou intervenção a ser adotada. Tais constatações permitem concluir que os espaços economicamente relevantes são, concomitantemente, detentores do poder, conhecimento e geradores da riqueza, porém concentradores de carências, avizinados por extensões desprovidas e dependentes.

As áreas socialmente críticas, relegadas inicialmente pelas restrições do solo à produção agrícola, funcionam como reservas para expansão física das atividades dos espaços relevantes, sendo incorporadas aos poucos, com apoio de tecnologia e infra-estrutura. Exemplo disso é o resgate produtivo do extremo Noroeste do Estado, restringido historicamente pelo substrato físico formado pelo arenito caiuíá – fortemente suscetível à erosão, mas controlado com uso de tecnologias e manejo adequados – ou pela latente possibilidade de ampliação da produção agrícola no Vale do Ribeira, a partir da adequação do sistema viário, que restringe a circulação de mercadorias. Ressalta-se que, somada à limitação física, a falta de representação política também se coloca como obstáculo à inserção dessas áreas na divisão social do trabalho. Essas espacialidades críticas representam um fato estrutural próprio da dinâmica seletiva da expansão do capital.

O Diálogo Intra e Extraterritorial das Espacialidades

A heterogeneidade dos recortes identificados aponta os caminhos de entrada da dinâmica posta pela divisão social do trabalho, evidenciando que a inserção do território estadual, ou de suas porções, deu-se como fruto de um movimento majoritariamente vindo de fora. Esse modo de inserção fragiliza a ação do Estado no encaminhamento de suas decisões, reforçando-se como receptor, sem dominar ou controlar essa expansão ou seus efeitos.

As distintas espacialidades respondem por diferentes papéis na divisão social do trabalho, tanto externa quanto internamente ao Estado. São notórios os espaços de mando e os espaços de obediência, assim como as relações sinérgicas a partir dos principais centros urbanos e das porções fronteiriças – mais fortes com Santa Catarina, mais tênues com São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Especialmente, as situações percorrem um amplo espectro, abarcando desde grandes conjuntos de municípios, conjuntos mais dispersos, e indivíduos (aqui, referindo-se a municípios) que se caracterizam pela concentração, pelo desempenho de atividades diversificadas ou especializadas, mas com forte possibilidade de geração de riqueza, até

conjuntos que exprimem carência, dependência e pobreza. Reitera-se, todavia, que mesmo nos primeiros, situações de carência, dependência e pobreza são visíveis, tanto no âmbito de municípios quanto no de porções intramunicipais.

Os primeiros foram caracterizados como espaços econômicos relevantes, tendo identificadas suas centralidades e as características principais de sua base produtiva. No contraponto, extensões contínuas de municípios revelam um aparente alheamento das dinâmicas principais, uma absoluta privação na atenção à população por serviços de saúde, saneamento, educação e moradia e condições de extrema pobreza, aqui denominados espaços socialmente críticos. Ademais, há muitos municípios assentados em substratos naturais pouco aptos ou inaptos ao aproveitamento econômico, sem apoio de tecnologia e manejo adequados.

Essa configuração espacial heterogênea não é específica do Paraná, mas decorrente da natureza do modo de produção vigente: concentrador, seletivo e excludente. A dinâmica engendrada por esse modelo adentra o Paraná, que se insere na divisão social do trabalho especialmente a partir de seu potencial em recursos naturais. Ao longo do tempo, o Estado consolidou seu papel centrado na exploração desses recursos e na agroindustrialização e, mais recentemente, na incorporação de segmentos modernos e internacionalizados da indústria. Sua inserção na divisão social do trabalho brasileira sofre as limitações da proximidade com São Paulo e do peso econômico e político de lá emanado, o que faz com que o Paraná exerça um poder minimizado, tornando-se objeto de decisões tomadas fora de seu território.

Internamente, o Estado incorpora, produz e reproduz a desigualdade em sua estrutura social e econômica. Assim, a integração do Paraná à dinâmica da economia do Brasil e, com este, à do mundo, dá-se heterogeneamente, tornando mais ou menos integradas as partes de seu território. A heterogeneidade percebida resulta do movimento do capital no espaço, buscando mercados, selecionando localizações, excluindo segmentos ou municípios, enfim, organizando, a seu modo, a distribuição da atividade econômica, diversificando, especializando, e até mesmo relegando.

Ao se considerar as relações econômicas, sociais e políticas que estabelece, verifica-se que o Paraná se insere na dinâmica nacional e internacional, fundamentalmente, por meio dos três principais espaços, articulados pelo sistema rodoviário principal, quais sejam: o que se estende de Paranaguá a Ponta Grossa, polarizado pela aglomeração metropolitana de Curitiba (1.º espaço); o que se alonga no norte central, polarizado por Londrina e por Maringá (2.º espaço); e o que se projeta no oeste, a partir de Cascavel e adjacências, direcionando-se para Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon (3.º espaço). Ressalta-se o elevado desnível entre esses espaços, com nítida concentração no primeiro. Os

demais espaços inserem-se desempenhando papéis mais especializados, enquanto outros permanecem relativamente à margem da dinâmica econômica e política do Estado. Nestes, há profundas dificuldades na geração de emprego e renda, além de sérias restrições na oferta de ocupações e na atenção às necessidades sociais da população, colocando-os na posição de espaços socialmente críticos. Dessa forma, é o grau de inserção ou exclusão na divisão social do trabalho que desenha os Vários Paranás.

Referências

- CITS. **Quem somos**. Disponível em: www.cits.br. Acesso em: out, 2005.
- CRESOL. **Cresol Baser**. Disponível em: www.cresol.com.br. Acesso em: out. 2005.
- CUNHA, S. K. **Política científica e tecnológica**: novas trajetórias institucionais para o Estado do Paraná. Campinas, 1995. Tese (Doutorado), UNICAMP.
- DELGADO, Paulo R. **Precarização do trabalho e condições de vida**: a situação da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 90. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova economia**, Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, v.6, n.1, p.77-103, jul. 1996.
- FUNDETEC. **Parque Tecnológico**. Disponível em: www.fundetec.org.br. Acesso em: nov. 2005.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades - 1993**. Rio de Janeiro, 2000.
- IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004b. Convênio COHAPAR, IPARDES.
- IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**: regiões metropolitanas. Curitiba, 2005b. 155p. Convênio COHAPAR.
- IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003b.
- IPARDES. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**. Curitiba, IPARDES: SEPL, 2005e.
- IPARDES. **Indicadores intrametropolitanos 2000**: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2005c. 1 CD-ROM.
- IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003c. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2006.
- IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>
- IPARDES. Os Vários Paranás. Estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Ipardes, dezembro de 2005a, 223p., mapas e tabelas anexas. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/varios_paranas.pdf
- IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico**. Curitiba, 2003a. 1 CD-ROM.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

IPARDES. **Referencias ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná** : uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico - ZEE. Curitiba, 2005b. 158p.

IPARDES. **Tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas**: referências para rediscussão da regionalização em saúde. Curitiba, 2005d.

IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília, IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

LACTEC. **O Instituto. Associados**. Disponível em: <http://www.lactec.com.br>. Acesso em: nov. 2005.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, Editora da UFPR, v.8, n.8, p.33-44, 2004.

MOURA, Rosa; MAGALHÃES, Marisa V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, IPARDES, n.88, p.3-22, maio/ago. 1996.

MOURA, Rosa; WERNECK, Debora Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, IPARDES, n.100, p.25-56, jan./jun. 2001.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2004. (Primeira versão, 3). Disponível em: http://www.pr.gov.br/ipardes/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**: relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Brasília, 2005. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/FASE/IPARDES. Disponível em <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/metropoles/>

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Necessidades habitacionais**: déficit e inadequação. Disponível em <http://www.observatorio.tk>. Acesso em: 15 jul. 2004.

OCEPAR. **Cooperativismo. O Cooperativismo no Paraná**. Disponível em: <http://www.ocepar.org.br>. Acesso em: out. 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Subsídios à Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Curitiba, 2004.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Brasília, PNUD: IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3.ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, S.; MOURA, R. O setor serviços no Paraná – ano 2000. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 2., 2003, Maringá. **Anais**. Maringá, 2003. 1 CD-ROM, Área Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, p.619-639.

¹ A idéia de espaço econômico relevante foi tomada de Diniz e Crocco (1996), que a usaram na identificação das aglomerações industriais relevantes.

² A participação do faturamento das empresas presentes no município integrantes do conjunto das 300 maiores empresas do Estado foi apresentada sob dois aspectos: no total do faturamento das 300 maiores empresas do Estado; e no total do faturamento da indústria no Estado.

³ A escolha do limite inferior em 0,25%, quando em participações no total do Estado, deve-se ao pressuposto de que, numa situação igualitária, considerando os 399 municípios paranaenses, essa participação hipotética seria de aproximadamente 0,25%. No caso de séries históricas, esse marco de corte foi mantido, mesmo reconhecendo que o número de municípios do Estado foi menor entre os anos 1970 e 1991.

⁴ São eles, em ordem, Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina, Paranaguá, Araucária, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Pinhais, Guarapuava, Toledo, Campo Largo, Foz do Iguaçu, Araongas, Colombo, Apucarana, Telêmaco Borba e Campo Mourão.

⁵ O estudo preliminar Os Vários Paranas (IPARDES, 2005a), que deu origem a esta publicação assume todo o conjunto de ativos institucionais.

⁶ O corte nas 39 piores posições decorre de que esse número corresponde a 10% do total de municípios do Paraná, em 2004

⁷ Como as áreas de expansão da amostra do Censo 2000, as AEDs, consideradas na análise das necessidades habitacionais das regiões metropolitanas do Paraná (IPARDES, 2005b) e nos indicadores intrametropolitanos para a RMC (IPARDES, 2005c).